

ACESSIBILIDADE EM PRAÇAS PÚBLICAS DE ARIQUEMES-RO

Wanderson Damasio Malaquias

Engenheiro Civil pelo Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA.

E-mail: WandersonDamasioMal@hotmail.com

Lincoln de Souza Lopes

Arquiteto e Urbanista pela UNIRON. Pós-graduado pelo IPOG. Docente no curso de Arquitetura e Urbanismo na UNIFAEMA.

E-mail: lincoln.loopes@hotmail.com

João Victor da Silva Costa

Engenheiro Civil pela UNIR. Pós-graduado pelo IPOG e FASA. Docente do curso de Engenharia Civil do Centro Universitário FAEMA - UNIFAEMA.

E-mail: jvscosta@live.com

Submetido: 19 abr. 2022.

Aprovado: 22 abr. 2022.

Publicado: 26 abr. 2022.

E-mail para correspondência:

jvscosta@live.com

Resumo: A acessibilidade é observada como um direito fundamental aos cidadãos, tendo em vista a pluralidade em que a sociedade é composta ⁽¹⁾. As instituições, organismos, infraestruturas e espaços públicos e privados precisam se adequar às necessidades de cada um, de maneira a promover a equidade. Nesse sentido, esta pesquisa tratou-se de um estudo de caso a respeito da acessibilidade em uma praça pública da região central do município de Ariquemes-RO, denominada Praça Ernesto Cataneo, a praça possui um fluxo elevado de pessoas e possui pista de caminhada, quiosques de alimentação, quadras de esportes e área com aparelhos de atividades físicas e bancos para interação na praça também ocorre festas culturais importantes para a cidade. Foram observadas as principais problemáticas de dificuldade de acesso e circulação local por pessoas portadoras de necessidades especiais ou com mobilidade prejudicada, analisando itens de infraestrutura como: dimensionamento das áreas de circulação, áreas de acesso, pisos, rampas, escadas, corrimão, calçadas, sanitários, estacionamento e sinalização, através de levantamento técnico e fotográfico, identificou-se os pontos observados, onde os aspectos foram avaliados de acordo com a literatura pertinente, normas técnicas e legislações vigentes para evidenciar os padrões de acessibilidade necessários na praça. Constatou problemas de falta de acessibilidade em todos os pontos observados, como rampas deterioradas ou com inclinação fora dos padrões permitidos pela NBR 9050:2015 ⁽²⁾, trechos dos pisos em má estado de conservação, presença de escadas tal qual sem corrimão, guarda corpo e desacompanhadas de rampas impossibilitando o acesso a determinadas áreas, calçadas com larguras inferiores estabelecidas pelas normas, estacionamento sem a presença de vagas para portadores de necessidades especiais e mobiliários incompatíveis ergonomicamente para um uso acessível, a análise mostra que a incompatibilidade da infraestrutura interferem diretamente na qualidade de acesso e circulação dos indivíduos que usufruem do local. Conclui-se que estudos nas demais praças do município são necessários, além do estudo de reestruturação e reforma da praça avaliada.

Palavras-chave: Acessibilidade. Acessibilidade em Praças. Construção Civil.

Este é um trabalho de acesso aberto e distribuído sob os Termos da *Creative Commons Attribution License*. A licença permite o uso, a distribuição e a reprodução irrestrita, em qualquer meio, desde que creditado as fontes originais.

Imagem: StockPhotos (Todos os direitos reservados).



Open Access





Referências

- 1 - Araújo LAD, Waldir Filho MC. A Lei 13.146/2015 (O estatuto da pessoa com deficiência ou a lei brasileira de inclusão da pessoa com deficiência) e sua efetividade. *Direito e Desenvolvimento*, João pessoa, v. 7, n. 13, p. 12-30, 2016. [Acesso em: 30 mar. 2021]. Disponível: <https://45.227.6.12/index.php/direitoedesenvolvimento/article/view/298>.
- 2 - Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT). NBR 9050. Acessibilidade a edificações, mobiliário, espaços e equipamentos urbanos. Rio de Janeiro, 2015. [Acesso em: 28 abr. 2021]. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/atuacao-tematica/pfdc/temas/inclusao-de-pessoas-com-deficiencia/legislacao/abnt-nbr-9-050-2015/view>.

